

nº 12.342, de 28 de julho de 1994, e o art. 5º, inciso III, da Lei estadual nº 12.483, de 03 de agosto de 1995,  
**CONSIDERANDO** o que consta do Processo Administrativo nº 8502388-10.2015.8.06.0000,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Determinar o retorno do servidor LEONEL GOIS LIMA OLIVEIRA, Técnico Judiciário, matrícula nº 4500, a partir de 9.2.15, uma vez que se encontrava afastado para cursar Doutorado, bem como lotá-lo no Departamento de Estratégia e Projetos da Secretaria Especial de Planejamento e Gestão deste Tribunal de Justiça.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, Fortaleza, em 27 de fevereiro de 2015.

Desembargadora Maria Iracema Martins do Vale  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

#### **PORTARIA Nº 458/2015**

Dispõe sobre o afastamento de servidora para cursar Mestrado

A Presidente do Tribunal de Justiça, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 53, da Lei estadual nº 12.342, de 28 de julho de 1994, e o art. 5º, inciso III, da Lei estadual nº 12.483, de 03 de agosto de 1995, e o art. 110, item I, letras a e b, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Ceará e art. 1º do Provimento nº 09/90 deste Tribunal.

**CONSIDERANDO** o que consta do Processo Administrativo nº 8500019-40.2015.8.06.0001 e de acordo com a decisão do Órgão Especial na Sessão Ordinária nº 02/2015, datada de 22 de janeiro de 2015,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Autorizar o afastamento da servidora CAROLINA DO VALE UCHOA, Analista Judiciária, Área - Técnico Administrativa – Jornalismo, Matrícula nº 7661, lotada na Assessoria de Comunicação deste Tribunal, com percepção de remuneração, pelo período de 02 (dois) anos, de 9 de março de 2015 a 7 de março de 2017, para cursar Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Estado do Ceará.

Art. 2º - Cessar para a servidora durante o período do afastamento a percepção da GAM – Unidades.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, Fortaleza, 26 de fevereiro de 2015.

Desembargadora Maria Iracema Martins do Vale  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

**PORTARIA Nº 320/2015-TJ-SG - O SECRETÁRIO GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nos arts. 120 a 123 da Lei nº 9.809, de 18.12.73 e de acordo com a portaria nº 1305/2012, de 14.08.12.

**RESOLVE** autorizar a entrega, mediante Suprimento de Fundos ao **Dr. DOMINGOS JOSÉ DA COSTA**, Juiz de Direito da vara única da comarca de **JAGUARUANA-CE**, da importância de **R\$ 400,00 (quatrocentos reais)** à conta da dotação 33903000 FR 00, do vigente orçamento de 2015, conforme Nota de Empenho nº **0126**, relativa ao processo nº 8502721-59.2015.8.06.0000, a fim de atender ao pagamento de despesas de pequeno vulto e de pronto pagamento necessárias ao serviço da Comarca acima citada.

A aplicação dos recursos a que se refere esta autorização não poderá ultrapassar a 45 dias, a contar da data do seu recebimento, devendo o responsável apresentar a comprovação da despesa até 15 dias após concluído o prazo da aplicação.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. Secretaria Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará**, em Fortaleza, aos 19 de fevereiro de 2015.

**PEDRO HENRIQUE GENOVA DE CASTRO**  
**SECRETÁRIO GERAL DO TJCE**

**PORTARIA Nº 301/2015-TJ-SG - O SECRETÁRIO GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nos arts. 120 a 123 da Lei nº 9.809, de 18.12.73 e de acordo com a portaria nº 1305/2012, de 14.08.12.

**RESOLVE** autorizar a entrega, mediante Suprimento de Fundos ao **Dr. LÚCIO ALVES CAVALCANTE**, Juiz de Direito da vara única da comarca de **IPU-CE**, da importância de **R\$ 400,00 (quatrocentos reais)** à conta da dotação 33903000 FR 00, do vigente orçamento de 2015, conforme Nota de Empenho nº **0115**, relativa ao processo nº 8502567-41.2015.8.06.0000, a fim de atender ao pagamento de despesas de pequeno vulto e de pronto pagamento necessárias ao serviço da Comarca acima citada.

A aplicação dos recursos a que se refere esta autorização não poderá ultrapassar a 45 dias, a contar da data do seu recebimento, devendo o responsável apresentar a comprovação da despesa até 15 dias após concluído o prazo da aplicação.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. Secretaria Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará**, em Fortaleza, aos 26 de fevereiro de 2015.

**PEDRO HENRIQUE GENOVA DE CASTRO**  
**SECRETÁRIO GERAL DO TJCE**